

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.398.213 - SP (2018/0299437-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : INDUSTRIAS GERAIS DE PARAFUSOS INGEPA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA E OUTRO(S) - SP104016
VALERIA RODRIGUES DOS SANTOS - SP388238
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - SP295139
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - SP353135

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por INDÚSTRIAS GERAIS DE PARAFUSOS INGEPA LTDA contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado (fl. 107):

APELAÇÃO. Obrigação de fazer. Pretensão à exibição de contrato de empréstimo. Pretensão que deve ser formulada de forma incidental ou fundada no art. 381 e seguintes do NCPC, na forma de produção antecipada de provas. Decisão de extinção por falta de interesse processual. Inadequação da via eleita. Recurso desprovido.

A agravante sustenta, nas razões de recurso especial, ofensa ao artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, bem como divergência jurisprudencial, alegando o cabimento da ação autônoma de exibição de documento.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

O acórdão recorrido manteve a sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos termos da seguinte fundamentação (fls. 108/109):

Trata-se de ação denominada “obrigação de fazer” na qual a parte

apelante pleiteia a exibição do contrato nº 1436592, sob a alegação de recusa de apresentação pela via extrajudicial.

Na inicial, a parte apelante, com fundamento no art. 396, do NCPC, requereu a exibição do documento supracitado.

O recurso não comporta provimento.

Com efeito, verifica-se dos autos que não obstante o nomem iuris atribuído pelo advogado, a parte apelante objetiva a exibição do contrato entabulado com o apelado que originou o débito no valor de R\$ 262.644,22 de sua conta corrente (fl. 31).

Observa-se que a parte apelante não nega a existência do negócio jurídico com o apelado, pois em suas manifestações só referiu que desconhece tal valor.

Ora, o acima descrito revela que o objetivo da parte apelante é mesmo a exibição de documento ou coisa, prevista nos artigos 396 e seguintes do CPC/2015, que não mais prevê a exibição como ação autônoma.

Corrobora tal conclusão o fato de a parte apelante, na hipótese de não apresentação, requerer a aplicação de multa diária com base no art.

400 do CPC/2015.

Portanto, a parte apelante incorreu em inadequação da via eleita, pois deveria ter formulado sua pretensão exhibitória de forma incidental como preceitua o art. 396 do CPC/2015.

Observa-se que se o objetivo da parte apelante era apenas a apuração prévia dos fatos, a nova legislação processual civil prevê a possibilidade de produção da prova antes da propositura do processo de conhecimento, nas hipóteses em que tal medida possa viabilizar tentativa de solução consensual do conflito ou auxiliar as partes no juízo de deliberação prévio à propositura da ação principal.

Este procedimento está descrito nos artigos 381 e seguintes do CPC/2015.

Dessa forma, correta a r. sentença pois a parte apelante é mesmo carecedora do direito de ação por inadequação da via eleita, nos termos do art. 485, VI do NCPC.

Ocorre que referido entendimento mostra-se em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual merece reforma o ponto.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. AÇÃO AUTÔNOMA. PROCEDIMENTO COMUM. AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. INTERESSE E ADEQUAÇÃO.

1. Admite-se o ajuizamento de ação autônoma para a exibição de documento, com base nos arts. 381 e 396 e seguintes do CPC, ou até mesmo pelo procedimento comum, previsto nos arts. 318 e seguintes do CPC. Entendimento apoiado nos enunciados n. 119 e 129 da II Jornada de Direito Processual Civil.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.774.987/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, DJe 13.11.2018).

Nesse julgado, a Quarta Turma desta Corte, aprovou, à unanimidade, o voto proferido por esta relatoria, no qual foi destacado o seguinte:

A questão federal a ser analisada pelo STJ, portanto, diz respeito à adequação e interesse de se ingressar com ação autônoma, tendo como pedido a obtenção de documento que se encontra na posse do réu.

Esse tema foi examinado no âmbito da II Jornada de Direito Processual Civil, evento realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 2018 em Brasília, ocasião em que foram aprovados os seguintes enunciados:

Enunciado 119: É admissível o ajuizamento de ação de exibição de documentos, de forma autônoma, inclusive pelo procedimento comum do CPC (art. 318 e seguintes).

Enunciado 129: É admitida a exibição de documentos como objeto de produção antecipada de prova, nos termos do art. 381 do CPC.

Com efeito, o entendimento expresso nesses verbetes infirma a tese adotada pelo acórdão recorrido, para o qual o novo Código de Processo Civil só admitiria a exibição de documentos como incidente de uma demanda principal. A doutrina destoa de tal juízo, afirmando que a parte que necessita obter documento em posse de outrem pode se servir de ação autônoma para satisfazer sua pretensão:

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para anular o acórdão recorrido, reconhecendo o cabimento da ação

autônoma de exibição de documentos, e determino o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

